

De Potsdam 1945 a Munique 2026: Salto Tecnológico e Tendências Regressivas na Governança Global, Desigualdade e Saúde Planetária

De Potsdam 1945 a MúnicH 2026: Salto tecnológico y tendencias regresivas en la gobernanza global, la desigualdad y la salud planetaria

From Potsdam 1945 to Munich 2026: Technological Leap and Regressive Trends in Global Governance, Inequality, and Planetary Health

Juan Garay

Há oitenta e um anos, o mundo reuniu-se em Potsdam, emergindo da devastação de uma guerra global, com uma visão comum: reconstruir sociedades, prevenir conflitos futuros e criar instituições capazes de proteger os direitos humanos, a paz e a cooperação. Naquele momento, a humanidade somava cerca de 2,3 bilhões de pessoas, a esperança média de vida global era de 46 anos e os avanços científicos e tecnológicos ainda estavam em seus primórdios. As ambições morais e institucionais de Potsdam eram ousadas: estabelecer uma ordem baseada em regras, na qual a diplomacia, o multilateralismo e a dignidade humana orientassem a ação global.

Hoje, em 2026, o contraste é marcante. A Conferência de Segurança de Munique ocorre em um mundo com mais de 8 bilhões de pessoas, cerca de vinte anos a mais de esperança média de vida e capacidades tecnológicas sem precedentes — inteligência artificial, computação quântica, biotecnologia, medicina avançada, energias renováveis e exploração espacial. Ainda assim, as instituições que prometeram solidariedade global, governança equitativa e proteção ambiental não acompanharam esse ritmo. Onde Potsdam simbolizou reconstrução e liderança normativa, Munique enfatiza dissuasão, expansão industrial militar e preparação para confrontos prolongados. A humanidade possui hoje ferramentas para enfrentar crises planetárias, mas a governança, a distribuição de riqueza e a liderança moral permanecem perigosamente defasadas.

Instituições ocidentais, historicamente vistas como defensoras da paz, dos direitos humanos e do multilateralismo, passam a priorizar cada vez mais a segurança e a influência estratégica. Munique 2026 evidencia que apoio e atenção são seletivos: fortes para a Ucrânia, limitados para crises fora da Europa e, por vezes, condicionados a interesses estratégicos mais do que a direitos universais. Parcerias com regimes autoritários continuam sob justificativas como segurança energética, controle migratório ou competição industrial. Para grande parte do Sul Global, essa seletividade reforça a percepção de que a autoridade moral é instrumental, e não universal, enfraquecendo a confiança na liderança ocidental.

O avanço tecnológico também aprofunda desigualdades econômicas. Automação, inteligência artificial e plataformas digitais concentram riqueza e poder informacional em cada vez menos mãos. Hoje, o decil mais rico detém mais de 50% da riqueza global, e menos de 10% da população controla os fluxos financeiros e midiáticos dominantes que moldam comércio, consumo e política. Essas desigualdades não são abstratas — elas influenciam diretamente a saúde. As análises do SHEM mostram que a desigualdade é um determinante causal da morbidade e da mortalidade, condicionando exposição a riscos, acesso à nutrição, cuidados de

saúde e resiliência social. Sem mudanças estruturais, as disparidades crescentes aprofundarão desigualdades em saúde e acelerarão o declínio intergeracional do bem-estar.

A degradação ambiental intensifica esses desafios. Mudanças climáticas, perda de biodiversidade, desmatamento e perturbações ecológicas tornam-se determinantes centrais da saúde humana. A mortalidade associada ao calor aumenta, doenças transmitidas por vetores expandem-se, a insegurança alimentar cresce e o risco de pandemias zoonóticas se eleva. Populações vulneráveis sofrem de forma desproporcional, ampliando desigualdades. A tecnologia, por si só, não consegue compensar essas interações socioecológicas; governança, justiça e distribuição equitativa de recursos são decisivas.

Dados do SHEM estimam que cerca de **16 milhões de mortes anuais** são evitáveis se a inequidade for enfrentada. Comparações contrafactuais de equidade indicam que resultados de saúde poderiam aproximar-se dos observados nas populações mais favorecidas sob condições sustentáveis. Métricas sensíveis à distribuição mostram como médias nacionais ocultam disparidades profundas, enquanto limiares universais de dignidade — garantindo acesso a renda, nutrição, moradia, cuidados de saúde e educação — oferecem um caminho mensurável para a equidade. Mais detalhes e materiais estão disponíveis em: <https://www.sustainablehealthequity.org/webnair>

Olhando para a segunda metade do século XXI, os riscos se acumulam: ampliação das desigualdades em saúde, deslocamentos induzidos pelo clima, maior potencial epidêmico, colapso de sistemas alimentares devido à perda de biodiversidade e declínio intergeracional do bem-estar. A capacidade tecnológica não basta sem governança equitativa e responsabilidade ecológica.

As estruturas de governança global precisam adaptar-se. A legitimidade das Nações Unidas depende de neutralidade e equilíbrio geográfico, mas sua sede e o Conselho de Segurança permanecem concentrados no Ocidente. O sistema de veto permite que poucos Estados bloqueiem ações mesmo diante de atrocidades em massa, limitando respostas coordenadas a crises que ameaçam saúde, dignidade e estabilidade planetária. Reformas são urgentes: limitar o uso do veto em emergências humanitárias, ampliar a representatividade, introduzir mecanismos de decisão por supermaioria e, em última instância, eliminar privilégios de supremacia estrutural que permitem a qualquer país dominar decisões globais de segurança.

A redistribuição econômica é igualmente crucial. Modelagens do SHEM sugerem que **5–7% do PIB global** redirecionados para limiares universais de dignidade — garantindo cerca de **10 dólares PPC por pessoa por dia** para renda básica, nutrição, moradia, cuidados de saúde e educação — poderiam assegurar padrões mínimos de vida em todo o mundo. Esse valor é modesto quando comparado à riqueza acumulada acima do “limiar de acumulação” (aproximadamente 70 dólares PPC por pessoa por dia) concentrada em menos de 10% da população. Munique 2026 ilustra como políticas centradas na segurança continuam protegendo privilégios de elites em detrimento da proteção social universal.

De Potsdam a Munique, a humanidade alcançou um extraordinário progresso tecnológico e melhorias expressivas na esperança de vida e no conhecimento científico. Contudo, governança, equidade e responsabilidade ecológica ficaram para trás. A legitimidade institucional enfraquece, as desigualdades em saúde persistem e os sistemas planetários degradam-se.

O caminho adiante é claro: é preciso alinhar **tecnologia, governança e justiça**. Isso exige governança democratizada e geograficamente equilibrada, redistribuição econômica suficiente para garantir dignidade universal e uma mudança normativa da competição voltada à preservação de privilégios para a cooperação em prol da sustentabilidade planetária. Somente integrando essas três dimensões será possível assegurar a saúde e a dignidade das gerações presentes e futuras, transformando o potencial tecnológico em um instrumento de bem-estar global equitativo e sustentável.

Referências

1. United Nations. Charter of the United Nations. <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>
2. World Health Organization. Social determinants of health. <https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health>
3. Intergovernmental Panel on Climate Change. Assessment Reports. <https://www.ipcc.ch/reports/>
4. United Nations Environment Programme. Global Environment Outlook. <https://www.unep.org/resources/global-environment-outlook>
5. World Bank. World Development Indicators. <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>
6. International Monetary Fund. Technology and inequality analyses. <https://www.imf.org/en/Topics/Inequality>
7. International Labour Organization. World Employment and Social Outlook. <https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso>
8. Sustainable Health Equity Movement (SHEM). Webinar materials on health equity and avoidable burden of inequity. <https://www.sustainablehealthequity.org/webnair>